

Artigo

O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX: o caso da obra *Influences of Geographic Environment*, de Ellen Semple

Fernando José Coscioni
USP

p. 349-365

Como citar este artigo:

COSCIONI, F. J. O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX: o caso da obra *Influences of Geographic Environment*, de Ellen Semple. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 2, p. 349-365, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/140469>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.140469>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 22 • nº 2 (2018)

ISSN 2179-0892

O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX: o caso da obra *Influences of Geographic Environment*, de Ellen Semple

Resumo

O artigo procura explicar a relação entre o Darwinismo Social, a institucionalização da Geografia Humana nos EUA nas primeiras décadas do século XX e as posturas epistemológicas e filosóficas que fundamentam a obra *Influences of Geographic Environment* (1911), escrita por Ellen Semple (1863-1932). Esse livro foi uma das principais tentativas mais extensas de sistematização teórica da Geografia Humana produzidas nos EUA durante o período crítico de expansão da presença universitária da disciplina no país. Defendemos a hipótese de que as ideias expostas pela geógrafa nesse trabalho mostram claramente que a construção do campo disciplinar no mundo de língua inglesa se deu a partir da internalização de posturas intelectuais derivadas do debate evolucionista que chegaram às Ciências Humanas pelo Darwinismo Social e que foram favorecidas pelo contexto geopolítico de ascensão do imperialismo.

Palavras-chave: Darwinismo Social. Evolucionismo. Ellen Semple. Geografia Humana nos EUA. Epistemologia.

Social Darwinism in early twentieth century Human Geography: the case of Ellen Semple's work *Influences of Geographic Environment*

Abstract

The article seeks to explain the relationship between Social Darwinism, the institutionalization of Human Geography in the United States in the first decades of the twentieth century, and the epistemological and philosophical positions underlying the work *Influences of Geographic Environment* (1911) written by Ellen Semple (1863-1932). The book in question was one of the main comprehensive attempts at theoretical systematization of Human Geography produced in the US during the critical period of expansion of the discipline university's presence in the

country. We'll defend the hypothesis that the ideas presented by the geographer in this work clearly demonstrate that the construction of the disciplinary field in the English-speaking world took place from the internalization of intellectual positions derived from the evolutionary debate that arrived at the Human Sciences through Social Darwinism and that were favored by the geopolitical context of the rise of imperialism.

Keywords: Social Darwinism. Evolutionism. Ellen Semple. Human Geography in USA. Epistemology.

O Darwinismo Social, corrente de pensamento filosófico e científico que ganha força na Europa e nos EUA entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tem estreitos laços com o quadro de referência conceitual e com os pressupostos teóricos e epistemológicos que balizaram o processo de institucionalização acadêmica da Geografia nos países de língua inglesa. Esse foi um período crítico para o crescimento do número de departamentos de Geografia nos EUA e na Europa, assim como para a formação da divisão do trabalho intelectual que estruturaria, durante todo o século XX, o padrão de organização da produção de conhecimento que seria realizada nas universidades.

A partir da segunda metade do século XIX, a reputação da Geografia como um conhecimento suplementar para as conquistas ultramarinas das grandes potências e uma agregação de informações sem rigor científico referentes às regiões terrestres passou a ser cada vez mais insuficiente para legitimar seu papel como disciplina universitária (Livingstone, 2008 [1992], p. 177). Nos EUA, essa grande fragilidade epistemológica, somada à incipiência na profissionalização acadêmica da disciplina e ao papel das demandas heterônomas ligadas ao poder político e econômico, fez com que os geógrafos passassem a buscar fundações conceituais que tornassem seu projeto intelectual mais plausível e melhor enquadrado nos requisitos epistemológicos e institucionais que ditam a legitimidade acadêmica dos conhecimentos produzidos a partir desse período.

O caso da geógrafa Ellen Semple (1863-1932) e de sua principal obra, *Influences of Geographic Environment* (1911), é exemplar dessa articulação entre as concepções epistemológicas e filosóficas que fundamentaram a disciplina no mundo de língua inglesa no período, a institucionalização da Geografia Humana em um país que emergia como grande potência mundial e o quadro mais amplo de grande força ideológica do Darwinismo Social que marcou o campo intelectual e político do Ocidente entre 1870 e 1930. Semple teve um papel decisivo no fortalecimento da Geografia Humana em terras estadunidenses e a sua obra constitui uma das tentativas mais bem acabadas de formulação de uma teoria geográfica da história pautada nos marcos epistemológicos do Darwinismo Social. O texto explorará a articulação entre as ideias expostas em *Influences of Geographic Environment*, o contexto de institucionalização acadêmica da Geografia nos EUA e a força do Darwinismo Social como uma corrente característica do período entre o final do século XIX e o início do XX, visando concorrer para a compreensão de um importante episódio da gênese da Geografia moderna que é pouco conhecido no Brasil.

O artigo está dividido em duas grandes partes. Na primeira, tratamos da relação entre o Darwinismo Social e o contexto de institucionalização da Geografia Humana nos EUA. Na segunda, articulamos esses dois elementos com a análise interna dos pressupostos teóricos que fundamentaram a principal obra de Semple.

O Darwinismo Social e a Geografia Humana nos EUA

O Darwinismo Social será entendido aqui como o conjunto de ideias formado por aqueles autores que tentaram compreender a sociedade através de esquemas de desenvolvimento evolucionário e analogias orgânicas (HOFSTADTER, 1992 [1955], p. 4) não apenas para compreender as propriedades físicas dos seres humanos concebidos como espécies biológicas, mas também para explicar sua existências social e seus atributos psicológicos (HAWKINS, 1998, p.31). Embora ideias evolucionistas tenham existido anteriormente ao século XIX, foi apenas em 1859 que seu marco fundamental de divulgação ganhou evidência com a publicação de *A origem das espécies* por Charles Darwin (1809-1882). A definição de Hofstadter (1992 [1955]) aqui apresentada aponta dois aspectos essenciais do heterogêneo corpo de ideias que podem ser consideradas darwinistas sociais.

Essa corrente intelectual é composta por autores variados que produziram trabalhos de análise social e política influenciada pelo evolucionismo entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX como Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Cesare Lombroso, William Graham Sumner e John Fiske, entre outros. Além dessa grande diversidade de atores individuais que são considerados expoentes dessa corrente de ideias, vale lembrar que, do ponto de vista das ideologias políticas, o Darwinismo Social apresentou uma gama variada de possibilidades de apropriação e foi usado para defender uma série de concepções políticas que travavam conflito no final do século XIX e início do século XX, como o *laissez-faire* do capitalismo liberal, o nacionalismo imperialista, a eugenia e mesmo políticas progressistas de reforma social.

Em boa parte da literatura referente ao Darwinismo Social aparecem recorrentemente duas figuras de destaque que exerceram um papel decisivo no desencadeamento desse fenômeno intelectual: o já mencionado naturalista Charles Darwin e o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903).¹ Comentaremos aqui brevemente sobre alguns aspectos filosóficos e epistemológicos do pensamento de ambos para entendermos como suas ideias tiveram uma influência decisiva no período crítico de institucionalização da Geografia nos EUA e na fundamentação teórica do discurso geográfico de *Influences of Geographic Environment*.

Em *A origem das espécies*, sua principal obra, publicada em 1859, Darwin construiu uma teoria que pretendia explicar como as espécies se transformavam ao longo do tempo. Para isso, propôs a tese de que as variações observadas ao longo do tempo no funcionamento de qualquer organismo eram escolhidas pela natureza em um processo chamado de *seleção natural*. Essas variações seriam selecionadas se dessem ao organismo uma vantagem sobre outros organismos que poderia ser mensurada por seu êxito em sobreviver e reproduzir-se (Hawkins, 1998, p. 25).

¹ Ruse (1980), por exemplo, considera que Darwin e Spencer são as duas fontes essenciais para se compreender o darwinismo social.

Para o naturalista, as variações úteis ao organismo poderiam ser herdadas por seus descendentes, e os efeitos cumulativos desse processo poderiam fazer com que eles se modificassem para novas variedades e espécies. A seleção natural ocorreria através de um processo de *luta pela existência*, termo que Darwin usa para descrever o êxito de um indivíduo em sobreviver e deixar descendentes. A partir desse raciocínio, o naturalista concluiu que os organismos competem pelos recursos disponíveis e que logram êxito aqueles que têm vantagem nessa competição. A luta pela existência ocorre em três níveis: entre indivíduos da mesma espécie, entre indivíduos de espécies distintas ou entre espécies e as condições físicas da vida. Para Darwin, a luta seria invariavelmente mais severa entre indivíduos da mesma espécie por frequentarem os mesmos ambientes e demandarem os mesmos recursos. Logo, a luta pela vida, junto com a hereditariedade, determinaria a dinâmica das mudanças evolucionárias que ocorreriam nos organismos (Hawkins, 1998, p. 26).

A teoria da evolução através da seleção natural causou um impacto bastante importante no pensamento ocidental da segunda metade do século XIX. Hofstadter (1992, p. 3) chega a afirmar que poucas teorias científicas tiveram consequências intelectuais tão amplas a ponto de irem além do desenvolvimento específico da ciência como um sistema de pensamento e revolucionarem os padrões fundamentais de pensamento como um todo. O caso da teoria de Darwin é exemplar do extravasamento de uma concepção científica elaborada a partir de pesquisa empírica sobre problemas específicos, mas que acabou, nas circunstâncias da época, fornecendo fundamentos epistemológicos e filosóficos para toda uma visão de mundo que transcendeu as práticas científicas ao propor um conjunto de assunções sobre a ordem da natureza, o lugar da humanidade dentro dessa ordem e como tal ordem é afetada pela passagem do tempo.²

Além de Darwin, a outra figura intelectual que merece menção para compreendermos o Darwinismo Social é Herbert Spencer. Seu nome é considerado praticamente um sinônimo dessa corrente intelectual. Esse filósofo não apenas cunhou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, um dos jargões mais comumente associados a essa corrente de ideias, como propôs uma teoria da evolução social que ajudou a cristalizar o sentido mais contemporâneo do termo “evolução”. Embora sua influência tenha declinado ao longo da primeira metade do século XX, nas três últimas décadas do XIX Spencer desfrutou de uma reputação mundial. Foi um darwinista social que, além de propor teorias abstratas, defendeu ideologias políticas diretamente relacionadas com suas crenças evolucionistas (Hawkins, 1998, p. 82).³

Spencer acreditava que o processo da vida seria essencialmente evolucionário e incorporaria uma mudança contínua da homogeneidade incoerente, ilustrada por organismos simples como os protozoários, para a heterogeneidade coerente, manifesta no homem e nos animais mais elevados. O desenvolvimento inevitável do homogêneo em direção ao heterogêneo seria

2 A base dessa argumentação é o conceito de “visão de mundo” que Hawkins (1998) propõe em seu estudo sobre o darwinismo social. Em seu entendimento, o darwinismo e, por extensão, o darwinismo social seriam constitutivos de uma visão de mundo muito mais ampla, que transcenderia um simples conjunto de problemas epistemológicos derivados de discussões científicas específicas.

3 Seus principais trabalhos foram escritos entre as décadas de 1850 e 1890 e, entre eles estão *The Principles of Psychology* (1855), *The Social Organism* (1860), *First Principles* (1860), *Synthetic Philosophy* (1864), *The Study of Sociology* (1873) e *The Man Versus the State* (1884).

a chave do progresso e do que o filósofo chama de “evolução universal”. O resultado final desse processo em um organismo animal ou em uma sociedade seria a obtenção de um “estado de equilíbrio” cuja realização última seria inevitável porque o processo evolucionário não poderia ir para sempre adiante na direção da crescente heterogeneidade (Hofstadter, 1992 [1955], p. 37).

O autor defendeu a ideia darwinista de que todo organismo luta para manter um equilíbrio entre si mesmo e seu ambiente. Pelo fato de que o ambiente estaria, no seu entendimento, em mutação constante, os ajustes do organismo seriam contínuos e produziriam um equilíbrio móvel até que ocorresse ou uma falha de adaptação ou um processo de dissolução e morte. Spencer distinguiu duas formas de “equilíbrio”. A primeira, denominada “equilíbrio direto”, consiste em certas mudanças na função e na estrutura interna do organismo. Essa adaptação direta do organismo a seu ambiente é acompanhada da segunda forma de equilíbrio, concebida como um “equilíbrio indireto” na forma da seleção natural, ou da sobrevivência dos mais aptos, um processo que, para o filósofo, sempre continuaria a ir adiante (Hawkins, 1998, p. 84).

Para Spencer, o estímulo à luta pela existência é fornecido pela pressão populacional, que seria a causa do progresso. Essa luta, que ocorre entre indivíduos da mesma espécie e entre espécies diferentes, produz uma incessante adaptação mútua que provoca melhoras nos organismos e modificações bem-sucedidas que favorecem a adaptação. Essas modificações são herdadas por gerações subsequentes levando a um desenvolvimento progressivo e cumulativo. Os humanos são, de acordo com o filósofo, governados pelos mesmos mecanismos de equilíbrio direto e indireto e estão sujeitos a uma inelutável pressão populacional sobre os meios de subsistência que estimularia suas faculdades e engendraria a competição. Famílias e raças que falhassem em se adaptar estariam condenadas à extinção (Hawkins, 1998, p. 85).

O pensamento de Spencer aglutina as duas características essenciais em todas as teorias que aqui são qualificadas como darwinistas sociais: o recurso a esquemas de desenvolvimento evolucionário e o emprego de analogias orgânicas para a explicação das sociedades humanas.⁴ Em seu importante texto “The Social Organism”, publicado pela primeira vez em 1860, Spencer enumera alguns pontos de similaridade entre as sociedades humanas e os organismos biológicos. O filósofo sustenta que ambos começam como pequenas agregações e posteriormente aumentam em massa até que atinjam um tamanho muito maior do que o seu tamanho original. Spencer também assume que ambos são inicialmente tão simples em suas estruturas a ponto de serem considerados sem estruturas, mas que, gradualmente, no curso de seu crescimento, ganham uma complexidade estrutural cada vez maior aumentando assim a dependência mútua das suas partes constitutivas (Spencer, 1996, p. 272).

Além de recorrer a essas analogias biológicas entre as sociedades humanas e os organismos, o filósofo, ao elaborar sua teoria da evolução social, tinha uma grande preocupação não apenas com a evolução física, mas, sobretudo, com a evolução mental, que o levou a aceitar a tese, de forte coloração lamarckista, de que as características adquiridas poderiam ser herdadas. Spencer transferiu a hipótese da herança de características adquiridas do plano físico para o plano mental. Isso o levou a acreditar que os poderes intelectuais da raça humana se tornariam cumulativamente maiores e, ao longo de várias gerações, o homem ideal poderia finalmente se desenvolver (Hofstadter, 1992, p. 39).

⁴ Tal como argumenta Hofstadter (1992 [1955]).

Essa preocupação com a evolução no plano mental o levou a distinguir as sociedades humanas em dois tipos: as sociedades beligerantes e as sociedades industriais. As sociedades beligerantes são, para Spencer, típicas das primeiras fases da evolução humana. Os membros desses grupos teriam, em seu entendimento, capacidades intelectuais e morais rudimentares e teriam aderido a crenças rígidas. O tipo social beligerante foi, para Spencer, a primeira forma organizada de cooperação social. A cooperação foi reforçada produzindo um sistema arregimentado e autoritário em que o indivíduo é totalmente subordinado à comunidade. Nessas sociedades, a centralização do poder e a hierarquia são completas, com as organizações intermediárias sendo ou proibidas ou bastante controladas pelo Estado (Hawkins, 1998, p. 90).

De acordo com filósofo, a sociedade beligerante teve um efeito paradoxal no longo prazo que acabou promovendo as qualidades que levariam à cooperação voluntária. Esse desenvolvimento progressivo teria sido acompanhado por uma expansão da moralidade, um crescimento do altruísmo e um correspondente declínio da agressão, da fraude e da crueldade nas relações entre os homens. Assim, a sociedade beligerante foi gradualmente substituída pela sociedade industrial. A autonomia individual se expandiu, as associações privadas proliferaram e o domínio e a autoridade do Estado gradualmente se contraíram. A ascensão da autonomia individual e o declínio da autoridade do Estado, ao serem retratados como indicadores de um estágio avançado de evolução social, evidenciam a bastante conhecida simpatia de Spencer pelo liberalismo radical e pelo *laissez-faire* na economia (Hawkins, 1998, p. 92-94).

Embora Spencer e Darwin tenham proposto teorias com características filosóficas bastante próximas, há uma importante diferença no pensamento de ambos quanto à existência ou não de um progresso cumulativo. Enquanto Spencer nutria crenças evolucionistas no progresso cumulativo da humanidade e em uma espécie de teleologia que guiaria a “evolução universal”, Darwin dava grande ênfase para o papel do acaso e da aleatoriedade no processo evolutivo, eliminando assim qualquer postura teleológica. Apesar dessas diferenças importantes entre ambos, a partir da publicação da quinta edição de *A origem das espécies*, em 1869, Darwin, influenciado por Spencer, aceitou modificar o texto original empregando a expressão “sobrevivência do mais apto”⁵ para designar a seleção natural (Lenay, 2004, p. 103).

A apreciação que se faz aqui de alguns aspectos básicos do pensamento de Darwin e Spencer permite constatar, ao confrontarmos as suas ideias fundamentais com as características básicas do Darwinismo Social sistematizadas por Hawkins (1998),⁶ que ambos podem ser considerados defensores de posturas filosóficas e epistemológicas que cristalizam claramente os principais elementos dessa corrente de pensamento e a adequação da afirmação de Ruse (1980) de que eles constituem as duas referências essenciais para se entender esse fenômeno intelectual.

5 Expressão que, como vimos, foi popularizada por Spencer.

6 A ideia de que leis biológicas governam a totalidade da natureza orgânica; a noção de que a pressão da população sobre os recursos gera uma luta pela existência entre organismos; o fato de que determinados traços mentais e físicos que conferem vantagens nessa luta podem, através da herança, se espalhar por uma população; o pressuposto de que os efeitos cumulativos da seleção e da luta ao longo do tempo podem concorrer para a emergência de novas espécies e a eliminação de outras e a aplicação de todas essas asserções não apenas às propriedades físicas dos seres humanos, mas também a sua existência social e a seus atributos psicológicos (Hawkins, 1998, p. 30-31).

A recepção das ideias darwinistas nos EUA, fundamental para compreendermos o seu impacto na obra de Semple, foi favorecida, a partir das décadas finais do século XIX, pela ascensão de posturas políticas conservadoras que difundiam o uso de jargões como a “luta pela existência” e a “sobrevivência dos mais aptos” para a compreensão da vida humana em sociedade com o objetivo de naturalizar a concorrência entre indivíduos entendida como uma lei que levaria ao melhoramento contínuo (Hofstadter, 1992 [1955], p. 6). Além dessa atmosfera política interna gerada pelo contexto pós Guerra de Secessão (1861-1865), outro elemento importante que favoreceu a difusão do Darwinismo Social no país foi a emergência, no período entre a Guerra Hispano-Americana (1898) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), dos temas da guerra e da “luta pela existência” entre as nações que marcariam a Era dos Impérios.⁷

O fortalecimento das ideias darwinistas no país foi condicionado pelo contexto histórico de ascensão geopolítica dos EUA como potência global em amplo processo de urbanização e industrialização que marcou as décadas de 1880 a 1920. Além da relação com as ideias políticas ultra-liberais spencerianas de pensadores importantes do período, como o sociólogo William Graham Sumner e o filósofo John Fiske, o Darwinismo Social teve ligações diretas com usos ideológicos que pregavam o fortalecimento nacional dos EUA para a conquista imperial e para a eventualidade da ocorrência de conflitos com outros países, com o culto do “caráter racial” anglo-saxônico e com ideias eugenistas que preconizavam um suposto risco de “decadência” do Ocidente e de “degeneração racial” (Hofstadter, 1992 [1955], p. 183-185).

As Ciências Humanas, em seu período crítico de institucionalização, sofreram forte influência dos cânones epistemológicos que fundamentaram as Ciências Naturais. Entre esses cânones, a partir da segunda metade do século XIX, a teoria da evolução se destacava indiscutivelmente. No caso específico da Geografia Humana, esse peso do naturalismo foi bastante explícito porque a disciplina tinha como definição de seu objeto de estudo, no período da virada do século XIX para o século XX, o estudo das chamadas relações homem-meio, ou, colocando em outros termos, do papel que as condições naturais exerceriam na vida dos homens nas diferentes porções da superfície terrestre. A teoria da evolução fornecia, nesse contexto, a abstração de um sistema explicativo mais sofisticado que possibilitava com que a disciplina transcendesse a sua incipiência teórica. Diferentemente de outras disciplinas, como a Sociologia e a Antropologia, que já no início do século XX começavam a demarcar explicitamente a diferença entre as posturas epistemológicas para lidar com seus objetos de estudo e as posturas epistemológicas canônicas das Ciências Naturais, a Geografia reteve um forte viés naturalista para tentar lidar com seu objeto de estudo que atravessava a então emergente divisão entre as humanidades e ciências mais “duras”.

A Geografia, nas décadas anteriores ao final do século XIX, era praticada nos EUA por estudiosos isolados. Esse fato refletia a falta de institucionalização universitária da disciplina. Entre esses estudiosos, se destacam os nomes de Louis Agassiz (1807-1873), Arnold Guyot (1807-1884) e Nathaniel Southgate Shaler (1841-1906). Conjuntamente a esses desenvolvimentos isolados, que eram basicamente focados no que contemporaneamente se denomina “Geografia Física” e muito próximos da Geologia, até as últimas décadas do século XIX, a produção de conhecimento geográfico no país esteve bastante ligada a sociedades geográficas

⁷ Para usar a expressão de Hobsbawn (2010) em sua caracterização do período entre 1875 e 1914.

amadoras,⁸ que abrigavam um público bastante variado, desde burocratas e políticos até acadêmicos (Schulten, 2001 [1988], p. 69), e à tradição dos *field surveys*, que produziam uma série de informações sobre o oeste estadunidense (Martin, 2005, p. 330). Essa situação revela a incipiência na profissionalização acadêmica da disciplina que perdurou nos EUA até as últimas décadas do século XIX.

O impulso que levaria à construção de um campo disciplinar específico nos EUA começou a ganhar força apenas na década de 1880, quando W. M. Davis (1850-1934), um geólogo de formação que foi decisivo para o fortalecimento da disciplina no país, se tornou professor de Geografia Física na Universidade de Harvard. Davis lecionou nessa universidade entre 1885 e 1912 (Martin, 2005, p. 341). A concepção que esse erudito formulou da Geografia foi bastante determinada pela necessidade de distinguir a disciplina da Geologia. Para o autor, a Geografia teria que estudar, além da Fisiografia, que seria o estudo da ligação causal dos elementos naturais do ambiente, a chamada Ontografia, que buscaria explicar as ligações causais dos elementos do ambiente com seus habitantes (Schulten, 2001, p. 75).

Davis foi o principal responsável pela substituição da abordagem influenciada pela filosofia natural alemã que embasava os trabalhos de seus antecessores pela abordagem darwinista da teoria da evolução na Geografia dos EUA. O autor acreditava que a teoria da evolução era o instrumento lógico que possibilitaria com que a disciplina fosse além do empirismo por fornecer princípios racionais que explicariam o desenvolvimento das formas terrestres e das formas de vida. O princípio da seleção natural poderia ser aplicado para explicar a relação entre o ambiente físico e seus aspectos orgânicos, incluído o homem. Essa relação foi compreendida por Davis como uma relação de controle inorgânico e resposta orgânica. A disciplina obteria assim, através da introjeção da teoria da evolução, uma racionalização científica que explicaria as relações causais entre os elementos geográficos (Herbst, 1961, p. 540).

Além de seu esforço de busca de uma sistematização teórica e da afirmação da necessidade de que a Geografia se debruçasse sobre a relação homem-ambiente, Davis foi diretamente responsável pela criação da Association of American Geographers (AAG) em 1904, marco decisivo na profissionalização disciplinar porque indicava uma ruptura com o amadorismo das sociedades geográficas existentes até então. O nascimento da AAG foi acompanhado pelo surgimento, entre 1899 e 1914, de cursos de Geografia em importantes instituições como as universidades de Harvard, da Pensilvânia, de Yale e de Chicago (Martin, 2005).

O crescimento das preocupações com a Geografia Humana teve, nessas duas primeiras décadas do século XX, um papel decisivo para que a disciplina conquistasse condições de autonomia mínima em relação à Geologia, fortalecido pelo surgimento, antes da Primeira Guerra Mundial, das pesquisas de Herbert E. Gregory em Yale e de Emory Johnson e J. Russell Smith na Pensilvânia, que se juntariam às contribuições pioneiras de Davis e aos esforços empreendidos por Rollin Salisbury (1858-1922) na criação do departamento em Chicago (Martin, 2005, p. 340).⁹ O momento histórico decisivo para entender o contexto de

8 Entre essas sociedades, estavam a American Geographical Society (AGS) e a National Geographical Society (NGS) (Schulten, 2001).

9 O departamento de Geografia da Universidade de Chicago, criado em 1903, foi o primeiro departamento autônomo da disciplina nos EUA (Pattison, 1981). Várias universidades começaram a oferecer cursos de Geografia nesse período, mas, muito frequentemente, não tinham departamentos separados para ela.

inserção de *Influences of Geographic Environment* é a transição entre esses esforços pioneiros em Harvard e Chicago e o período imediatamente posterior em que surge a primeira geração de geógrafos profissionais nos EUA que de fato possa caracterizar a existência de um campo minimamente autônomo, entre os quais estão figuras que iniciaram suas carreiras antes da Primeira Guerra Mundial e que continuaram a trabalhar no campo no período entre-guerras, como Mark Jefferson, Isaiah Bowman, Albert Perry Brigham, Ellsworth Huntington e a própria Ellen Semple (Martin, 2005, p. 355).

Ellen Semple e a obra *Influences of Geographic Environment*

Ellen Churchill Semple publicou influentes obras e artigos nas três primeiras décadas do século XX. A geógrafa dedicou boa parte de sua produção intelectual a compreender o papel das condições geográficas na história da ocupação territorial dos EUA e a apresentar as ideias de Friedrich Ratzel (1844-1904) ao mundo de língua inglesa. Os esforços intelectuais que foram realizados na Alemanha a partir da década de 1870 exerceram influência no desenvolvimento da Geografia na maior parte dos outros países que iniciaram o processo de institucionalização acadêmica da disciplina entre o fim do século XIX e o início do século XX.¹⁰ O caso estadunidense é exemplar a esse respeito. A obra de Ratzel, que foi uma das primeiras tentativas de realização estudos sistemáticos em Geografia Humana, contribuiu para moldar decisivamente o pensamento de Semple, que fez duas viagens à Alemanha em 1891-2 e 1895, para estudar com o geógrafo alemão (Martin, 2005, p. 364).

Entre as principais obras de Semple, destacam-se *American History and its Geographical Conditions*, de 1903, *Influences of Geographic Environment*, de 1911 e *The Geography of the Mediterranean Region*, de 1931. Os artigos que a autora publicou entre o fim da década de 1890 e a terceira do século XX tratam de temas variados. Os grandes destaques dessa parcela de sua produção são os estudos de Geografia Histórica sobre regiões dos EUA e do Mediterrâneo. Semple lecionou em várias universidades ao longo de sua trajetória, entre as quais se destacam instituições bastante prestigiosas como as universidades de Chicago e de Clark, nas quais passou períodos mais prolongados de sua carreira docente, e as universidades de Oxford, de Columbia e da Califórnia, onde lecionou por períodos mais curtos.¹¹

A publicação de *Influences of Geographic Environment*, sua obra de maior repercussão, em 1911, rendeu a Semple um enorme crescimento da autoridade científica de seu trabalho. A geógrafa teve um papel decisivo para a apresentação da perspectiva antropogeográfica alemã no mundo de língua inglesa e a obra em questão foi uma das mais extensas tentativas sistemáticas de racionalização de uma epistemologia disciplinar existentes no início do século XX. Os pressupostos teóricos do Darwinismo Social foram fundamentais para que a racionalização empreendida por Semple tivesse êxito e para que seu trabalho desfrutasse de legitimidade em um contexto marcado pela presença de ideias evolucionistas no campo intelectual estadunidense.

10 Além dos esforços de Ratzel, autores como Ferdinand von Richthofen, Otto Schlutter, Oscar Peschel e Alfred Hettner tiveram um importante papel na institucionalização da Geografia na Alemanha.

11 Informações mais detalhadas sobre a trajetória institucional da geógrafa podem ser encontradas em Keighren (2010) e Colby (1933).

No prefácio de sua principal obra, Semple apresenta o esforço que pretende empreender oferecendo observações sobre a relação entre seu trabalho intelectual e o de Ratzel. A autora alega que desde que *Influences* começou a ser planejado, por volta de sete anos antes de sua publicação, que ocorreu em 1911, seu objetivo era reafirmar os princípios que estavam enunciados na “Antropogeografia” de Ratzel (Semple, 1911, p. V).¹² O próprio título completo da obra já evidencia essa intenção.¹³ A geógrafa afirma que buscou, com a aprovação do próprio Ratzel, realizar uma reafirmação adaptada de seus princípios para o mundo de língua inglesa, onde eles eram desconhecidos no início do século XX (Semple, 1911, p. V). A mobilização da autoridade científica da obra de Ratzel para justificar a sua empreitada intelectual aparece já na apresentação do livro. A autora atribui a Ratzel o papel de ter colocado a Antropogeografia no que chama de uma “segura base científica” e argumenta que mesmo que seu mentor intelectual tivesse tido precursores como Montesquieu, Humboldt, Ritter e Peschel, ele foi o primeiro a investigar o tema “do ponto de vista científico moderno” construindo seu sistema “de acordo com os princípios da evolução” e baseando suas conclusões em “indicações de abrangência global” (Semple, 1911, p. V). Semple apresenta a obra reivindicando essa filiação simultânea com Ratzel e com a teoria da evolução.

Apesar de propor uma reafirmação dos princípios ratzelianos, Semple também aponta alguns problemas no trabalho de seu mentor. A geógrafa acredita que a enorme fecundidade das ideias do erudito alemão o deixou muitas vezes com pouco espaço para testar a validade de seus princípios. Em seu entendimento, Ratzel enunciou muitas generalizações que não haviam sido empiricamente verificadas. A autora acredita que a investigação apresentada em *Influences* revelou o fato de que os princípios antropogeográficos de Ratzel não constituem um sistema completo e bem proporcionado, pois alguns aspectos do tema foram desenvolvidos exaustivamente, enquanto outros foram tratados inadequadamente (Semple, 1911, p. V-VI). A principal crítica de Semple às ideias de seu mentor no prefácio é à teoria orgânica da sociedade e do Estado, que, em sua leitura, teria permeado todo o esforço de Ratzel em sua “Antropogeografia”.¹⁴ Ela lembra que, no período em que o geógrafo alemão formulou seus princípios, Spencer exercia ampla influência no pensamento europeu. Essa teoria, que àquela altura começava a ser abandonada pelos sociólogos, deveria também, para a autora, “ser eliminada de qualquer reafirmação do sistema de Ratzel”. Mesmo criticando a influência da teoria da evolução orgânica de Spencer na obra de seu mentor, Semple (1911, p. VIII) reconhece que ela teve um importante papel para que Ratzel prestasse atenção à conexão vital existente entre terra e povo.

Ao expor o método de pesquisa próprio que seguiu em *Influences*, Semple (1911, p. VII) afirma que procurou:

[...] comparar povos típicos de todas as raças e de todos os estágios de desenvolvimento cultural que vivem sob condições geográficas similares. Se esses povos de diferentes estoques étnicos, mas de ambientes similares, manifestarem desenvolvimento social, econômico ou histórico similares, é razoável inferir que tais similaridades se devem ao ambiente e não à raça.¹⁵

12 Os números romanos referem-se ao prefácio, que tem paginação diferente do restante da obra.

13 O título completo da obra é *Influences of Geographic Environment: On The Basis of Ratzel's System of Anthropo-Geography*.

14 Obra que foi publicada pela primeira vez em 1882.

15 “[...] compare typical peoples of all races and all stages of cultural development, living under similar geographic conditions. If these peoples of different ethnic stocks but similar environments manifested similar or related social, economic or historical development, it was reasonable to infer that such similarities were due to environment and not to race” (Semple, 1911, p. VII).

A pesquisa empírica deve oferecer dados para comparar povos que estão em “estágios” de “desenvolvimento cultural” diferentes, mas que vivem sob “condições geográficas similares”. O objetivo da comparação é clarificar até que ponto o ambiente pode interferir nos processos históricos, econômicos e culturais. Mesmo que Semple tente demonstrar um distanciamento da teoria da evolução orgânica de Spencer, chama bastante atenção o fato de ela, contraditoriamente, qualificar elogiosamente a adesão de Ratzel à teoria da evolução como uma porta de entrada para a investigação antropogeográfica que se apoia no “ponto de vista científico moderno”. A autora, apesar de criticar Ratzel por suas inclinações spencerianas, adere a posturas epistemológicas darwinistas sociais bastante próximas às do filósofo inglês. A ideia de que existem povos em “estágios” de desenvolvimento cultural diferentes, afirmada quando Semple explica o método que seguiu na obra, sugere a adesão ao progressivismo evolucionista do Darwinismo Social em uma de suas manifestações mais típicas.

O outro elemento importante do prefácio que merece um comentário refere-se à questão do modo como a Antropogeografia deve tratar a questão da influência do ambiente nas sociedades humanas. A geógrafa alega preferir falar, no tratamento da questão, em “fatores e influências geográficos”, evitar a expressão “determinante geográfico” e usar com extrema cautela a expressão “controle geográfico” (Semple, 1911, p. VII). Sobre isso, vale observar que, assim como no caso de alguns autores estadunidenses do período,¹⁶ Semple diferencia a preocupação de explicar o papel que os elementos naturais cumprem no processo histórico da postura que sustenta que tais elementos têm um efeito determinante unilateral no destino dos grupos humanos. Semple tem uma preocupação em trazer à tona a importância dos elementos geográficos¹⁷ para a compreensão dos processos sociais. Essa preocupação é bastante distinta de uma postura determinista estreita que elimina o papel dos aspectos “puramente” sociológicos na explicação da relação homem-meio.

No capítulo que abre a obra, intitulado “The Operation of Geographic Factors in History”, a autora expõe os pressupostos gerais de seu programa de pesquisa antropogeográfico:

O homem não pode mais ser cientificamente estudado separadamente do solo que cultiva, ou das terras pelas quais viaja, ou dos mares pelos quais faz comércio, da mesma forma que o urso polar ou o cacto do deserto não podem ser entendidos em separado de seu hábitat. As relações do homem com seu ambiente são infinitamente mais numerosas e complexas do que as da planta ou animal mais altamente organizado. Elas são tão complexas que constituem um legítimo e necessário objeto de estudo especial. A investigação que receberam na Antropologia, na Etnologia, na Sociologia e na História é fragmentada e parcial [...] todas essas ciências, junto com a História, na medida em que a História busca explicar as causas dos eventos, falharam em encontrar uma solução satisfatória de seus problemas, principalmente porque o fator geográfico que as envolve não foi detalhadamente analisado. O homem tem sido tão ruidoso sobre a forma pela qual tem “conquistado a natureza”, e a

16 Dos quais Ellsworth Huntington e Albert Perry Brigham são casos exemplares.

17 No entanto, é bom ressaltar que na sua obra o “elemento geográfico” quase sempre é visto como sinônimo de elemento natural.

natureza tem sido tão silenciosa em sua influência persistente sobre o homem, que o fator geográfico na equação do desenvolvimento humano vem sendo negligenciado (Semple, 1911, p. 2).¹⁸

E logo em seguida afirma:

Em todo problema de história existem dois fatores principais, designados de formas variadas como hereditariedade e ambiente, o homem e suas condições geográficas, as forças internas da raça e as forças externas do hábitat. O elemento geográfico na longa história do desenvolvimento humano tem operado larga e persistentemente. Aqui reside sua importância. É uma força estável. Nunca se esvai. Esse ambiente natural, essa base física da história é, para todos os intentos e propósitos, imutável em comparação com o outro fator no problema – o homem, mutável, plástico, progressivo e regressivo¹⁹ (Semple, 1911, p. 2).

A insuficiência da explicação que as outras disciplinas das humanidades ofereciam a respeito das relações entre o homem e o ambiente é vista por Semple como justificativa para a existência da Antropogeografia. Esse apontamento das insuficiências das disciplinas vizinhas na explicação do objeto reivindicado por uma disciplina ainda em processo de construção é uma estratégia clássica de luta por territórios epistemológicos em contextos de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual. A analogia organicista, característica marcante das posturas teóricas darwinistas sociais, é central na argumentação que sustenta a necessidade de enquadramento do homem a partir do ponto de vista antropogeográfico. As relações do homem com o ambiente e as de outros seres vivos com seus respectivos hábitat são colocadas em paralelo.

Quando a geógrafa afirma que em “todo problema de história” existem sempre dois fatores principais, como “a hereditariedade e o ambiente”, “o homem e suas condições geográficas” ou “as forças internas da raça e as forças externas do hábitat”, revela claramente a filiação da sua perspectiva antropogeográfica com as concepções da Biologia evolucionista, especialmente com toda a problemática da relação organismo-ambiente que esteve no cerne das questões tratadas por Darwin e Spencer. A perspectiva evolucionista misturada a uma tradição de pesquisa geográfica que já carregava, desde pelo menos o início do século XIX, a preocupação com o estudo da relação homem-meio, dá o tom dessa importante passagem da obra. É nessa fertilização cruzada de evolucionismo e tradição geográfica holística de estudo da relação homem-meio que se situam

18 “Man can be no more scientifically studied apart from the ground which he tills, or the lands over which he trades, than polar bear or desert cactus can be understood apart from its habitat. Man’s relations to his environment are infinitely more numerous and complex than those of the most highly organized plant or animal. So complex are they that they constitute a legitimate and necessary object of special study. The investigation which they receive in anthropology, ethnology, sociology is piecemeal and partial [...] all these sciences, together with history so far as history undertakes to explain the causes of events, fail to reach a satisfactory solution of their problems largely because the geographic factor which enters into them all has not been thoroughly analyzed. Man has been so noisy about the way he has ‘conquered Nature’, and Nature has been so silent in her persistent influence over man, that the geographic factor in the equation of human development has been overlooked” (Semple, 1911, p. 2).

19 “In every problem of history there are two main factors, variously stated as heredity and environment, man and his geographic conditions, the internal forces of race and the external forces of habitat. Now the geographic element in the long history of human development has been operating strongly and operating persistently. Herein lies its importance. It is a stable force. It never sleeps. This natural environment, this physical basis of history, is for all intents and purposes immutable in comparison with the other factor in the problem – shifting, plastic, progressive, retrogressive man” (Semple, 1911, p. 2).

os esforços de Semple. Essa passagem também revela outro detalhe de grande importância. A geógrafa fala sobre a colocação de um “problema de história” justamente no momento em que justifica a existência da Antropogeografia. Isso sugere que a sua preocupação é a elaboração de uma filosofia da história que contemple o papel das “influências” ou dos “fatores” geográficos. A proposta disciplinar específica está, na realidade, amarrada a um sistema explicativo evolucionista global que abrange todos os fenômenos da sociedade e da natureza. A correspondência com as posturas filosóficas de Spencer não poderia ser maior.

A defesa da importância de que a disciplina busque uma compreensão do complexo inter-relacionamento de fatores geográficos que constituem o ambiente físico e de sua influência no homem é complementada por outras observações teóricas que reforçam o peso que as posturas epistemológicas darwinistas sociais têm em seu pensamento:

Essas influências geográficas complexas não podem ser analisadas, nem sua força ser estimada, exceto pelo ponto de vista da evolução. Essa é uma das razões pelas quais esses princípios geográficos crus ficam pesados em nossa digestão mental. Eles foram formulados sem referência ao fato bastante importante de que as relações geográficas do homem, como a sua organização política e social, estão sujeitas à lei do desenvolvimento. Assim como o Estado embrionário encontrado na tribo saxônica primitiva passou por muitas fases para atingir o caráter político do atual Império Britânico, cada estágio nesse crescimento para a maturação foi acompanhado, ou mesmo precedido, por uma estável evolução das relações geográficas do povo inglês²⁰ (Semple, 1911, p. 12).

○ correlato espacial invariável do desenvolvimento dos povos é a complexificação de suas relações geográficas. Para Semple, a única forma pela qual essas relações e esse desenvolvimento podem ser analisados é o do ponto de vista da evolução. O evolucionismo que aqui aparece está muito próximo da noção progressivista proposta na filosofia de Spencer. As tribos saxônicas primitivas seriam o embrião remoto que teria desencadeado gradativamente a formação do Império Britânico do início do século XX. O estudo das relações geográficas aparece como uma complementação à filosofia evolucionista da história temperada com a mística do “anglo-saxonismo”.²¹

○ pensamento da geógrafa exemplifica claramente duas hipóteses já existentes na literatura referente às relações entre a Geografia e o Darwinismo Social. Em primeiro lugar, essa passagem demonstra a adesão de Semple à ideia de evolução concebida como uma mudança

20 “These complex geographic influences cannot be analyzed and their strength estimated except from the standpoint of evolution. That is one reason these half-baked geographic principles rest heavy on our mental digestion. They have been formulated without reference to the all-important fact that the geographical relations of man, like his social and political organization, are subject to the law of development. Just as the embryo state found in the primitive Saxon tribe has passed through many phases in attaining the political character of the present British Empire, so every stage in this maturing growth has been accompanied or even preceded by a steady evolution of the geographical relations of the English people” (Semple, 1911, p. 12).

21 Uma das características dessa modalidade de afirmação da identidade étnica conhecida como “anglo-saxonismo” é justamente a reivindicação da relação entre os povos de língua inglesa e a suposta “ancestralidade” da origem de suas instituições nas tribos primitivas saxônicas que viveram na Europa antes da modernidade. A relação entre o “anglo-saxonismo” e o darwinismo social no período entre o fim do século XIX e o início do XX é detalhadamente discutida por Hofstadter (1992 [1955]).

lenta e progressiva ao longo do tempo, que foi, segundo Stoddart (1966), uma das formas pelas quais a disciplina se apropriou do discurso evolucionista. Em segundo lugar, evidencia a tese de Peet (1985) de que a fundamentação do objeto da Geografia em torno da questão da influência ambiental foi, na realidade, uma contribuição disciplinar ao Darwinismo Social, pois o estudo das relações geográficas aparece em paralelo a uma concepção progressivista da evolução dos povos. A progressividade da complexidade das relações geográficas que o ponto de vista antropogeográfico deve explicar se justifica pela inserção disciplinar em um discurso epistemológico mais amplo que fundamenta uma filosofia da história evolucionista. Essa filosofia da história, com sua preocupação no estudo das relações homem-ambiente, replica claramente na pesquisa antropogeográfica o problema de pesquisa sobre a relação organismo-ambiente que marcou a Biologia do século XIX.²²

Semple propõe, no segundo capítulo da obra, intitulado “Classes of Geographic Influences”, uma distinção de quatro classes dos efeitos do ambiente no homem. Os efeitos de primeira classe são, em sua leitura, aqueles que provocam nos grupos humanos estímulos de adaptação direta ao ambiente que são semelhantes aos estímulos provocados em outros organismos vegetais e animais (Semple, 1911, p. 33). Os efeitos de segunda classe são definidos pela geógrafa como os efeitos psíquicos do ambiente geográfico que estariam vinculados a modificações fisiológicas (Semple, 1911, p. 40). Os efeitos de terceira classe são, de acordo com a autora, constituídos pelas condições geográficas que influenciam o desenvolvimento econômico e social de um povo através da abundância ou escassez de recursos naturais, da dificuldade ou facilidade para assegurar as necessidades vitais e das possibilidades industriais e comerciais permitidas pelo ambiente (Semple, 1911, p. 33). E finalmente, os efeitos de quarta classe são aqueles que, segundo Semple, “pertencem exclusivamente ao domínio da Geografia porque consistem na influência dos fatores da superfície terrestre no direcionamento dos movimentos e na distribuição última da humanidade”. Eles incluem os efeitos de barreiras naturais como montanhas, desertos, pântanos e mares que obstruem ou diminuem o curso das migrações e dão direção à expansão nacional, assim como abarcam o poder de rios, vales, baías e oceanos ora para barrar um caminho, ora pra abrir uma via de circulação (Semple, 1911, p. 43).

O ordenamento progressivo dos efeitos de condicionamento ambiental que são agrupados em quatro classes é um resultado direto do evolucionismo que marca o pensamento de Semple, pois sua sistematização parte de efeitos mais diretos da natureza no homem para chegar aos efeitos que gradativamente vão sofrendo uma mediação mais significativa de processos econômicos e sociais, como são os casos dos efeitos de segunda, terceira e quarta classes. A ideia de uma cumulatividade evolutiva na mediação socioeconômica dos efeitos do ambiente nos grupos humanos é muito clara nesse capítulo.

O peso das posturas teóricas evolucionistas na obra Semple reflete, em grande medida, a maneira como o pensamento geográfico se adequou à mudança filosófica e epistemológica provocada no campo intelectual ocidental pela emergência do darwinismo. O movimento de larga amplitude axiológica provocado pela repercussão das ideias expostas em *A Origem das Espécies* modificou, como argumenta Hawkins (1998), radicalmente o modo como o pensa-

²² Stoddart (1966) acredita que esse problema ecológico também foi uma das faces principais do peso que tiveram as ideias biológicas na fundamentação epistemológica da Geografia Humana.

mento ocidental compreendia a natureza em geral, a natureza humana e a passagem do tempo. No caso da Geografia nos países de língua inglesa, essas concepções filosóficas moldaram o discurso das obras que buscavam racionalizar pioneiramente a especificidade de uma epistemologia disciplinar em um contexto de aprofundamento da divisão do trabalho intelectual. A incipiência teórica e institucional que caracterizou a Geografia estadunidense nas décadas de 1890 a 1920 foi decisiva para que a internalização dessas posturas epistemológicas e filosóficas se colocasse como uma estratégia para a legitimação da disciplina no país.

O caso da relação entre a obra de Semple, o Darwinismo Social e a institucionalização acadêmica da Geografia nos EUA é exemplar da necessidade, já apontada por importantes historiadores da disciplina,²³ de que as preocupações com o passado do discurso geográfico se orientem para a compreensão do impacto das correntes intelectuais e sociais mais amplas exerceram em obras de autores canonizados como “clássicos”. A breve análise de algumas ideias presentes em *Influences of Geographic Environment* aqui exposta revela a reciprocidade de texto e contexto que contribuiu para configurar o conjunto de *condições sociais de possibilidade* que fizeram com que a obra de Semple tivesse uma recepção favorável no então emergente campo de pesquisa da Geografia Humana nos países de língua inglesa do início do século XX. A fragilidade epistemológica e institucional da disciplina no período somada à mobilização do prestígio e da autoridade científica das ideias de Ratzel no contexto nacional estadunidense e ao fôlego da sistematização filosófica e epistemológica oferecida por Semple em *Influences* criou um contexto bastante favorável para que a geógrafa se tornasse uma das figuras de maior importância para a difusão da perspectiva antropogeográfica nos EUA.

A internalização das posturas epistemológicas do Darwinismo Social para a elaboração de uma filosofia geográfica da história escorada nos marcos filosóficos evolucionistas foi uma estratégia intelectual decisiva posta em prática por Semple e por outros geógrafos nesse contexto das primeiras décadas do século XX. A excessiva abrangência do objeto de estudo da disciplina, o enrijecimento da divisão do trabalho intelectual que marcou o campo científico no período entre 1890 e 1920 e a hegemonia dos métodos das Ciências Naturais acabaram, em certo sentido, impondo essa adesão às ideias darwinistas sociais como forma de legitimar a Geografia Humana.

Além dessa situação interna ao campo científico, é importante lembrar que todo o período da Era dos Impérios foi marcado pela necessidade de justificar “cientificamente”, através da proliferação de campos de conhecimento específicos, os interesses coloniais das grandes potências. Richard Peet (1985, p. 315) argumenta que o processo geopolítico de disputa interimperial e de conquista de sociedades que atingiu o seu ápice na Primeira Guerra Mundial trouxe à tona vários temas importantes que eram bastante apropriados para a análise geográfica, como a questão das supostas origens ambientais da “superioridade” de certas civilizações, das bases locais do poder imperial e da história espacial da expansão neocolonial. O discurso geográfico de Semple está inteiramente imerso nesse contexto histórico mais amplo descrito por Peet.

No entanto, mesmo que concordemos com esse autor sobre a necessidade de refletir a respeito das relações constitutivas entre a Geografia de Semple e a questão do capitalismo imperial que emergia no período, acreditamos que seus esforços intelectuais não podem ser reduzidos a meras tentativas de legitimação dos interesses imperiais das grandes potências tra-

23 Entre os quais vale destacar David Livingstone (2008 [1992]) e Vincent Berdoulay (2003 [1981]).

vestidas de ciência. Essa interpretação marxista mecânica tende a reduzir toda a dimensão do conteúdo interno dos textos dos autores e da especificidade do campo disciplinar da Geografia a um processo socioeconômico e geopolítico que transcende o campo intelectual. Entre o conteúdo “interno” dos textos e o conteúdo “externo” do contexto, se interpôs, no caso de Semple, a especificidade de um campo disciplinar em processo de construção.²⁴ É na articulação entre o conteúdo interno do texto, a especificidade de um campo disciplinar em processo de construção e um contexto intelectual e social mais amplo de grande força ideológica do Darwinismo Social e de emergência do imperialismo que a obra *Influences of Geographic Environment* deve ser compreendida²⁵.

Referências

- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Uerj, n. 16, p. 47-56, 2003[1981].
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2003.
- COLBY, C. Ellen Churchill Semple. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, p. 229-240, 1933.
- HAWKINS, M. **Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945): Nature as a Model and Nature as a Threat**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HERBST, J. Social Darwinism and the History of American Geography. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 105, n. 6, p. 538-544, 1961.
- HOBSBAWN, E. **Era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2010[1988].
- HOFSTADTER, R. **Social Darwinism in American Thought**. Boston: Beacon, 1992[1955].
- KEIGHREN, I. **Bringing Geography to Book: Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge**. London/New York: J. B. Tauris, 2010.
- LENAY, C. **Darwin**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. Malden/Oxford: Blackwell, 2008[1992].
- MARTIN, G. **All Possible Worlds: A History of Geographical Ideas**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PATTISON, W. Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago. In: BLOUET, B. (Org.). **Origins of Academic Geography in the United States**. Hamden: Archon, 1981. p. 151-163.

24 O termo “campo” é usado aqui na acepção de Bourdieu (2003), que o concebe como um universo intermediário entre os polos do texto e do contexto.

25 Fernando José Coscioni é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP [Processo 2016/18128-1]). A bolsa é fruto de um convênio entre a FAPESP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

PEET, R. Social Origins of Environmental Determinism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 75, n. 3, p. 309-333, 1985.

RUSE, M. Social Darwinism: The Two Sources. **Albion – A Quarterly Journal Concerned With British Studies**, v. 12, n. 1, p. 23-36, 1980.

SCHULTEN, S. **The Geographical Imagination in America (1880-1950)**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

SEMPLE, E. **Influences of Geographic Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography**. New York/London: Henry Holt and Company/Constable & Company, 1911.

SPENCER, H. The Social Organism. In: _____. **Essays: Scientific, Political and Speculative**. London: Routledge/Thoemes Press, 1996[1891]. v. 1.

STODDART, D. R. Darwin's Impact on Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 56, n. 4, p. 683-698, 1966.